



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul/RS, mediante fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, através de recursos proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social – cofinanciamento estadual do Piso Gaúcho Especial do Programa Avançar Mais SUAS 2055, Portaria nº 125/2025 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e contrapartida municipal se necessário, pelo valor total global de R\$ 620.384,16 (seiscentos e vinte mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos), em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo administrativo.

A contratação abrange a execução integral da obra, contemplando todas as etapas construtivas necessárias à implantação da edificação projetada, até sua completa conclusão e entrega em perfeitas condições de funcionamento, segurança, utilização e recebimento pela Administração Municipal.

Integram o objeto todos os serviços, materiais, equipamentos, procedimentos executivos e providências técnicas indispensáveis à perfeita execução do empreendimento, desde que compatíveis com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação, ainda que não individualmente descritos neste Termo de Referência.

A futura contratação deverá observar integralmente os documentos técnicos que compõem o empreendimento, bem como as normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, as exigências relativas à acessibilidade, segurança, desempenho das edificações, proteção ambiental e demais disposições legais aplicáveis à execução de obras públicas.



A execução do objeto deverá resultar na disponibilização de infraestrutura pública apta ao pleno funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, observadas as condições de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança exigidas para a adequada prestação dos serviços públicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de implantação de infraestrutura pública adequada para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul/RS, equipamento integrante da rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e responsável pela execução de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social.

A necessidade da contratação encontra-se formalmente demonstrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP que instruem o presente processo administrativo, documentos nos quais foram identificadas as demandas institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, analisadas as necessidades administrativas existentes, avaliadas as alternativas potencialmente aptas ao atendimento da demanda pública e definida a solução considerada mais adequada para consecução dos objetivos pretendidos pela Administração Municipal.

A solução selecionada decorre da análise comparativa das alternativas avaliadas no Estudo Técnico Preliminar, tendo sido identificada como a opção que melhor atende às necessidades institucionais do Município sob os aspectos técnico, operacional, funcional, patrimonial e econômico, apresentando maior compatibilidade com os resultados pretendidos pela Administração e com as exigências inerentes à prestação dos serviços socioassistenciais.

Os estudos realizados evidenciaram que a construção de unidade própria destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social constitui a alternativa mais adequada para atendimento das necessidades identificadas, proporcionando infraestrutura compatível com as atividades desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica e permitindo adequada organização dos espaços destinados ao atendimento da população usuária.

A solução adotada encontra respaldo nos projetos técnicos elaborados para o empreendimento e foi concebida especificamente para atender às exigências funcionais, operacionais e administrativas inerentes à execução dos serviços socioassistenciais, contemplando ambientes destinados ao acolhimento dos usuários, realização de atendimentos individualizados,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

desenvolvimento de atividades coletivas, atuação das equipes técnicas, execução das atividades administrativas e demais ações necessárias ao funcionamento regular do equipamento público.

A concepção da unidade também busca assegurar ambientes adequados ao acolhimento da população usuária, observando critérios de acessibilidade, inclusão, privacidade dos atendimentos, funcionalidade dos espaços, segurança das instalações e condições apropriadas ao desenvolvimento das atividades técnicas realizadas pelas equipes responsáveis pelos serviços socioassistenciais.

A contratação igualmente se justifica pela necessidade de disponibilização de estrutura física compatível com os padrões atualmente exigidos para equipamentos públicos destinados ao atendimento da população, permitindo adequada execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e proporcionando melhores condições para atendimento dos usuários dos serviços públicos.

Sob a perspectiva administrativa e patrimonial, a implantação da nova unidade representa investimento público de caráter permanente, destinado à ampliação e qualificação da infraestrutura municipal disponível para execução das políticas públicas de assistência social, produzindo benefícios institucionais duradouros para a Administração Municipal e para a coletividade.

Além disso, a solução contribuirá para o fortalecimento da capacidade operacional da rede socioassistencial municipal, para melhoria das condições de trabalho das equipes técnicas responsáveis pelos atendimentos e para disponibilização de infraestrutura adequada à execução continuada dos serviços, programas, projetos e benefícios vinculados à assistência social.

A contratação encontra-se alinhada aos objetivos institucionais da Administração Municipal, às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, às normas que regem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e ao planejamento administrativo que fundamenta a presente demanda, mostrando-se compatível com as necessidades identificadas e com os resultados pretendidos pela Administração Pública.

Diante dos elementos constantes do Documento de Formalização da Demanda e das conclusões alcançadas no Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida constitui medida necessária, adequada e proporcional para atendimento da necessidade pública identificada, apresentando viabilidade técnica, administrativa e econômico-financeira e mostrando-se plenamente compatível com os objetivos institucionais da Administração Municipal e com os princípios que regem as contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A solução objeto da presente contratação consiste na execução integral da obra de construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul/RS, destinada à implantação de infraestrutura pública permanente voltada ao desenvolvimento das ações vinculadas à Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A contratação compreende a execução completa do empreendimento, mediante fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, administração da obra e demais recursos necessários à sua integral implementação, observadas as disposições constantes dos projetos técnicos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo administrativo.

A solução foi concebida especificamente para atender às necessidades operacionais, funcionais e administrativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, proporcionando infraestrutura adequada ao acolhimento da população usuária, à realização de atendimentos individualizados, ao desenvolvimento de atividades coletivas, à atuação das equipes técnicas e à execução das atividades administrativas inerentes ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social.

O empreendimento foi projetado para assegurar condições adequadas ao desenvolvimento dos serviços socioassistenciais prestados pelo Município, contemplando ambientes compatíveis com as exigências de funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto ambiental, privacidade dos atendimentos, adequada circulação de usuários e utilização eficiente dos espaços públicos destinados ao atendimento da população.

A futura edificação deverá atender integralmente às finalidades institucionais que justificam sua implantação, permitindo o desenvolvimento regular das atividades vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios executados no âmbito da política municipal de assistência social, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS e pelas demais normas aplicáveis à matéria.

A execução da obra abrangerá todas as etapas construtivas necessárias à implantação do empreendimento, compreendendo os serviços preliminares, preparação do local de execução, fundações, estruturas, alvenarias, cobertura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, revestimentos, esquadrias, pavimentações, acabamentos, elementos de acessibilidade, equipamentos incorporados ao projeto e demais serviços indispensáveis à completa conclusão da edificação, conforme detalhamento constante dos documentos técnicos que integram a contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Todos os serviços deverão ser executados em estrita observância aos projetos e especificações elaborados pela Administração Municipal, assegurando compatibilidade entre os sistemas construtivos adotados, adequada aplicação dos materiais empregados e atendimento dos padrões técnicos exigidos para o empreendimento.

A solução contempla ainda a observância integral das normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, das exigências relativas à acessibilidade universal, das normas de segurança e saúde no trabalho, das disposições ambientais aplicáveis à execução da obra e dos demais requisitos legais e regulamentares incidentes sobre o objeto contratado.

Além da execução física da edificação, integram a solução todas as providências necessárias à entrega da obra em condições adequadas de utilização pela Administração Municipal, incluindo verificações técnicas, testes operacionais, correções eventualmente necessárias, limpeza final da obra e demais procedimentos indispensáveis ao regular recebimento do empreendimento.

A implantação da unidade permitirá ao Município disponibilizar equipamento público adequado ao atendimento das demandas atuais e futuras da assistência social, ampliando a capacidade operacional da rede socioassistencial, proporcionando melhores condições para atendimento da população usuária e qualificando a infraestrutura destinada à execução das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Sob a perspectiva patrimonial e administrativa, a contratação resultará na incorporação de nova edificação ao patrimônio público municipal, constituindo investimento de caráter permanente destinado ao fortalecimento da infraestrutura pública e à melhoria das condições de execução das políticas públicas de assistência social.

Dessa forma, a solução proposta contempla não apenas a execução material da obra, mas a efetiva disponibilização de infraestrutura pública plenamente apta ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, observados os objetivos institucionais da Administração Municipal, os resultados pretendidos pela contratação e os princípios da eficiência, economicidade, funcionalidade e interesse público que orientam a atuação administrativa.

4. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes deste Termo de Referência, dos projetos técnicos, dos documentos complementares do empreendimento e da legislação aplicável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Considerando as características da solução selecionada, a natureza dos serviços a serem executados e a existência de projeto previamente elaborado pela Administração Municipal, a execução do objeto ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global.

A adoção desse regime mostra-se compatível com as características do empreendimento, uma vez que a solução construtiva encontra-se previamente definida por meio dos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação, possibilitando adequada caracterização do objeto e formulação de propostas consistentes pelos licitantes interessados.

A contratação por empreitada por preço global favorece a execução integrada do empreendimento, permitindo que a contratada assuma responsabilidade pela integralidade dos serviços necessários à implantação da obra, observadas as condições estabelecidas pela Administração Municipal.

A escolha do referido regime também contribui para maior previsibilidade dos custos da contratação, adequada coordenação das etapas executivas, simplificação dos procedimentos de fiscalização e melhor controle da execução contratual, fatores que se mostram compatíveis com os objetivos pretendidos pela Administração Pública.

O julgamento das propostas deverá observar o critério de menor preço, considerando o valor global da contratação, desde que atendidas integralmente as exigências de habilitação, qualificação técnica e demais requisitos estabelecidos no edital e nos documentos que compõem a contratação.

A adoção do critério de menor preço mostra-se adequada à natureza do objeto, tendo em vista que a solução pretendida encontra-se previamente definida nos documentos técnicos elaborados pela Administração Municipal, inexistindo necessidade de avaliação subjetiva de soluções alternativas por parte dos licitantes.

A futura contratação observará os princípios da competitividade, isonomia, seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública e obtenção da adequada relação entre qualidade da execução e economicidade dos recursos públicos empregados no empreendimento.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do regime de empreitada por preço global, associada ao critério de julgamento pelo menor preço global, constitui a alternativa mais adequada para seleção da futura contratada e para execução da obra objeto deste Termo de Referência, observadas as características do empreendimento e os objetivos institucionais da Administração Municipal.



5. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A execução da obra observará o prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro integrante da contratação, contado da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela Administração Municipal.

O prazo previsto para execução do empreendimento foi definido considerando a natureza dos serviços, as etapas construtivas necessárias à implantação da edificação, as características técnicas do projeto e as condições ordinárias de execução da obra, devendo ser rigorosamente observado pela contratada durante toda a vigência contratual.

A emissão da Ordem de Início dos Serviços ficará condicionada ao cumprimento das exigências preliminares previstas na contratação, incluindo a indicação do responsável técnico pela execução da obra, apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT e demais documentos eventualmente exigidos para início regular dos trabalhos.

Compete à contratada promover a adequada mobilização de mão de obra, equipamentos, materiais, instalações provisórias e demais recursos necessários ao desenvolvimento do empreendimento, assumindo integral responsabilidade pelo planejamento executivo, coordenação das atividades e observância dos prazos previstos para cada etapa da obra.

A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a programação estabelecida no cronograma físico-financeiro aprovado, adotando todas as providências necessárias para manutenção do ritmo adequado de execução e para prevenção de atrasos que possam comprometer a conclusão do empreendimento.

A ocorrência de fatos supervenientes aptos a impactar a execução contratual deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização, acompanhada da documentação técnica necessária à demonstração de seus efeitos sobre o cronograma da obra, sem prejuízo das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

Eventuais alterações de prazo somente poderão ser admitidas nas hipóteses legalmente previstas, mediante justificativa técnica adequada, análise da Administração Municipal e formalização dos instrumentos competentes.

Concluídos os serviços, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração Municipal para realização das verificações técnicas necessárias ao recebimento do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A entrega da obra deverá ocorrer de forma integral, observando rigorosamente os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, normas técnicas aplicáveis e demais documentos que integram a contratação.

Para fins de recebimento, a edificação deverá apresentar plena conformidade com as características técnicas previstas para o empreendimento, incluindo instalações, sistemas, acabamentos, dispositivos de acessibilidade, equipamentos incorporados ao projeto e demais elementos necessários ao adequado funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

A obra somente será considerada apta ao recebimento quando se encontrar em perfeitas condições de funcionamento, segurança, estabilidade, salubridade, acessibilidade, utilização e conservação, apta a atender integralmente à finalidade pública que justificou sua implantação.

Não serão considerados concluídos os serviços executados em desconformidade com os documentos da contratação, tampouco aqueles que apresentem vícios construtivos, defeitos de execução, materiais inadequados, falhas de acabamento ou quaisquer inconformidades capazes de comprometer a qualidade, durabilidade, funcionalidade ou segurança da edificação.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração Municipal poderá determinar a correção dos serviços, substituição de materiais, complementação de etapas executivas ou adoção de outras medidas necessárias à adequação do objeto contratado, permanecendo suspenso o recebimento até a integral regularização das pendências identificadas.

A entrega definitiva do empreendimento pressupõe a efetiva disponibilização de infraestrutura pública plenamente apta à utilização pela Administração Municipal, observados os padrões de qualidade, desempenho, funcionalidade, acessibilidade e segurança que fundamentaram a presente contratação.

O prazo estimado para execução da obra será de 9 meses, conforme cronograma físico-financeiro integrante do processo.

Dessa forma, as condições de execução e entrega estabelecidas neste Termo de Referência destinam-se a assegurar a adequada implantação da solução selecionada, garantindo que o empreendimento seja concluído dentro dos parâmetros técnicos exigidos, em conformidade com o planejamento da Administração Municipal e apto ao atendimento das necessidades institucionais que justificaram sua contratação.

6. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, acompanhar a evolução física da obra e assegurar a adequada execução do objeto contratado.

A fiscalização será exercida de forma contínua durante toda a execução contratual, abrangendo a verificação da conformidade dos serviços executados, dos materiais empregados, da observância dos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram a contratação.

O acompanhamento da obra não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela correta execução dos serviços, pela qualidade dos materiais utilizados, pela observância das normas técnicas aplicáveis e pelo cumprimento integral das obrigações assumidas perante a Administração Municipal.

Compete à fiscalização, dentre outras atribuições compatíveis com a natureza da contratação:

- I – acompanhar a execução física da obra e verificar sua conformidade com os documentos técnicos do empreendimento;
- II – fiscalizar o cumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado;
- III – verificar a qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados na obra;
- IV – registrar ocorrências verificadas durante a execução contratual e adotar as providências cabíveis no âmbito de suas atribuições;
- V – solicitar esclarecimentos, documentos, relatórios e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;
- VI – determinar a correção de serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou normas aplicáveis;
- VII – atestar medições e documentos relacionados à execução contratual, observadas as competências administrativas pertinentes;
- VIII – comunicar à autoridade competente situações capazes de comprometer a adequada execução do objeto contratado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A contratada deverá franquear à fiscalização livre acesso às áreas de execução dos serviços, bem como disponibilizar documentos, registros, informações técnicas e demais elementos necessários ao acompanhamento da obra, sempre que solicitados pela Administração Municipal.

Sempre que constatadas irregularidades, falhas de execução, utilização de materiais inadequados, descumprimento de especificações técnicas ou qualquer situação capaz de comprometer a qualidade do empreendimento, a fiscalização poderá determinar a adoção das medidas corretivas necessárias, fixando prazo razoável para sua regularização.

A contratada deverá atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização, promovendo as correções, ajustes, substituições ou complementações exigidas para adequação dos serviços executados às condições estabelecidas na contratação.

A fiscalização contratual poderá ser complementada pelo apoio técnico dos profissionais responsáveis pelos projetos, pelos servidores da área de engenharia do Município ou por outros agentes públicos cuja atuação se mostre necessária para adequada verificação da execução do empreendimento.

A atuação da fiscalização terá por finalidade assegurar que a obra seja executada em conformidade com os padrões técnicos, de qualidade, segurança, funcionalidade e desempenho previstos para o empreendimento, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

Dessa forma, os mecanismos de fiscalização e gestão contratual previstos neste Termo de Referência destinam-se a assegurar o efetivo acompanhamento da execução da obra, a prevenção de inconformidades e a adequada entrega da infraestrutura pública objeto da presente contratação.

7. MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A remuneração da contratada será realizada de acordo com a efetiva execução física da obra, mediante medições periódicas efetuadas pela fiscalização designada pela Administração Municipal, observados o cronograma físico-financeiro aprovado, a planilha orçamentária, os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

As medições deverão refletir exclusivamente os serviços efetivamente executados, aceitos e compatíveis com os documentos técnicos da contratação, não sendo admitido pagamento por serviços não realizados, executados parcialmente sem aproveitamento técnico, em desconformidade com o projeto ou pendentes de correção pela contratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A contratada deverá apresentar, para fins de medição, os documentos, registros, relatórios, fotografias, diário de obra, memória de cálculo e demais elementos eventualmente solicitados pela fiscalização, de modo a permitir a adequada verificação dos quantitativos executados, da qualidade dos serviços e da compatibilidade entre a execução física e a etapa prevista no cronograma.

Recebida a documentação, a fiscalização procederá à conferência técnica dos serviços executados, podendo realizar vistorias, solicitar esclarecimentos, exigir complementação documental, rejeitar itens em desconformidade e determinar a correção de serviços executados em desacordo com as exigências contratuais.

Somente após a validação da medição pela fiscalização competente poderá a contratada emitir a respectiva nota fiscal, em valor compatível com os serviços efetivamente medidos e aprovados.

O pagamento será realizado no prazo e na forma estabelecidos no edital e no contrato administrativo, mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada, condicionado à aprovação da medição, à apresentação da nota fiscal regular e à comprovação das condições exigidas para pagamento.

A Administração Municipal poderá exigir, como condição para pagamento, a apresentação de documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária da contratada, bem como outros documentos necessários à verificação do cumprimento das obrigações legais relacionadas à execução da obra.

Na hipótese de divergência entre a medição apresentada pela contratada e a apuração realizada pela fiscalização, prevalecerá, para fins de pagamento, a medição aprovada pela Administração Municipal, sem prejuízo do direito de a contratada apresentar justificativas e documentos complementares para análise.

Constatadas falhas, vícios, serviços incompletos, divergências quantitativas, materiais inadequados ou inconformidades técnicas, o pagamento correspondente poderá ser suspenso, glosado ou limitado à parcela efetivamente aceita pela fiscalização, até a completa regularização das pendências identificadas.

Os pagamentos efetuados não importarão em aceitação definitiva dos serviços executados, nem afastarão a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade, correção de vícios, defeitos ou inconformidades verificadas posteriormente, observadas as disposições legais, contratuais e técnicas aplicáveis.



7.1. Reajustamento dos Preços

Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e do contrato administrativo.

O reajustamento terá por finalidade recompor a variação ordinária dos custos da contratação, mediante aplicação do índice definido no instrumento convocatório e no contrato, preferencialmente índice setorial compatível com a natureza do objeto, quando assim definido pela Administração Municipal.

Para obras de construção civil, recomenda-se a utilização de índice compatível com a variação dos custos do setor, como o INCC/FGV ou outro índice tecnicamente justificado pela Administração, sem prejuízo de adequação ao índice eventualmente previsto em regulamento municipal ou orientação técnica do setor competente.

A concessão do reajustamento dependerá da efetiva implementação do período aquisitivo, de requerimento da contratada quando exigido pelo contrato, da análise administrativa pertinente e da observância dos critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

O reajustamento não se confunde com revisão ou recomposição extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro, destinando-se apenas à atualização ordinária dos preços em razão da variação normal dos custos ao longo do tempo.

7.2. Equilíbrio Econômico-Financeiro

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato observará as hipóteses previstas na legislação aplicável, especialmente quando demonstrada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, capazes de alterar de forma relevante os encargos assumidos pelas partes.

Os pedidos de recomposição deverão ser formalizados pela contratada e instruídos com documentação técnica e econômica suficiente à demonstração do fato alegado, de seu caráter superveniente, de seu impacto direto na execução contratual e da efetiva alteração da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Não serão admitidos pedidos genéricos de recomposição, nem alegações desacompanhadas de memória de cálculo, documentos fiscais, composições de custos ou outros elementos capazes de demonstrar, de forma objetiva, o desequilíbrio alegado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A análise de eventual pedido de recomposição caberá à Administração Municipal, mediante avaliação técnica, contábil e jurídica, conforme a natureza do fato alegado e os elementos apresentados no processo administrativo.

A recomposição, quando cabível, deverá limitar-se ao impacto efetivamente comprovado, vedada sua utilização como forma de majoração indevida dos preços, compensação de riscos ordinários assumidos pela contratada ou substituição do reajustamento previsto contratualmente.

Dessa forma, os procedimentos de medição, pagamento, reajustamento e recomposição econômico-financeira previstos neste Termo de Referência buscam assegurar a adequada remuneração pelos serviços efetivamente executados, a proteção do interesse público, a regular aplicação dos recursos públicos e a preservação das condições necessárias à execução do empreendimento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato administrativo e nos documentos técnicos que integram a contratação:

- I – executar integralmente o objeto contratado em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo administrativo;
- II – fornecer, às suas expensas, toda a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos, transporte, instalações provisórias e demais recursos necessários à adequada execução da obra;
- III – designar e manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, providenciando a emissão e manutenção das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT exigidos para execução do empreendimento;
- IV – executar os serviços observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as exigências legais relativas à construção civil, acessibilidade, segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

- V – cumprir integralmente o cronograma físico-financeiro aprovado, adotando as medidas necessárias para garantir a regular evolução da obra e a conclusão do empreendimento dentro do prazo contratualmente estabelecido;
- VI – manter durante toda a execução contratual estrutura operacional compatível com a complexidade do objeto, dispondo de pessoal qualificado, equipamentos adequados e recursos suficientes para execução dos serviços;
- VII – empregar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas constantes dos documentos da contratação, responsabilizando-se pela procedência, qualidade e desempenho dos materiais utilizados;
- VIII – substituir, às suas expensas e sem ônus para a Administração Municipal, materiais recusados pela fiscalização ou considerados inadequados às exigências técnicas do empreendimento;
- IX – corrigir, refazer ou substituir, no prazo estabelecido pela fiscalização, os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações regularmente emitidas pela Administração Municipal;
- X – manter o local da obra permanentemente organizado e em condições adequadas de limpeza, segurança e conservação durante toda a execução contratual;
- XI – adotar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes e à proteção da integridade física dos trabalhadores, servidores públicos, usuários e terceiros eventualmente afetados pela execução dos serviços;
- XII – cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis às atividades desenvolvidas, responsabilizando-se pelo fornecimento e utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos pela legislação vigente;
- XIII – responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, fundiários e demais obrigações decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre os trabalhadores empregados pela contratada e a Administração Municipal;
- XIV – manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

XV – permitir e facilitar o acesso da fiscalização às áreas de execução da obra, disponibilizando documentos, informações, relatórios, registros e demais elementos necessários ao acompanhamento contratual;

XVI – manter atualizado diário de obra ou documento equivalente exigido pela fiscalização, registrando os eventos relevantes relacionados à execução dos serviços;

XVII – comunicar imediatamente à Administração Municipal a ocorrência de fatos que possam comprometer o cronograma da obra, a qualidade dos serviços ou a regular execução contratual;

XVIII – adotar as providências necessárias à adequada gestão dos resíduos gerados pela execução da obra, observando a legislação ambiental aplicável e as boas práticas de sustentabilidade;

XIX – responsabilizar-se integralmente pela guarda dos materiais, equipamentos, instalações e serviços executados até o recebimento definitivo do objeto;

XX – realizar os testes, verificações, ajustes e procedimentos técnicos necessários à adequada entrega do empreendimento;

XXI – entregar a obra integralmente concluída, em perfeitas condições de funcionamento, utilização, segurança, acessibilidade, estabilidade e conservação, observadas todas as exigências previstas na contratação;

XXII – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços executados que apresentem defeitos, vícios, falhas ou inconformidades constatadas pela Administração Municipal ou verificadas durante os prazos de garantia legal e contratual;

XXIII – responder pela solidez, segurança, qualidade técnica e desempenho da obra executada, na forma da legislação civil, profissional e administrativa aplicável;

XXIV – observar os princípios da boa-fé, cooperação, transparência e lealdade contratual durante toda a execução do contrato, colaborando com a Administração Municipal para adequada consecução dos objetivos da contratação.

A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia, erro de execução ou descumprimento das obrigações assumidas, independentemente da atuação da fiscalização contratual, que não exclui nem reduz suas responsabilidades legais e contratuais.



Dessa forma, as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência destinam-se a assegurar a adequada execução do empreendimento, a proteção do interesse público, a observância dos padrões técnicos exigidos para a obra e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato administrativo e nos documentos que integram a presente contratação:

I – disponibilizar à contratada os documentos técnicos necessários à execução da obra, incluindo projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais elementos integrantes da contratação;

II – emitir a Ordem de Início dos Serviços após o atendimento das condições necessárias ao início da execução contratual;

III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, observadas as atribuições previstas na regulamentação municipal vigente;

IV – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da obra, verificando a conformidade dos serviços executados com os documentos técnicos do empreendimento e com as obrigações assumidas pela contratada;

V – prestar à contratada as informações e esclarecimentos necessários ao regular desenvolvimento dos serviços, observadas as atribuições e competências administrativas pertinentes;

VI – analisar e deliberar sobre consultas, requerimentos, comunicações e demais manifestações formalmente apresentadas pela contratada no âmbito da execução contratual;

VII – promover o recebimento provisório e definitivo da obra, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável, no contrato administrativo e neste Termo de Referência;

VIII – verificar as medições apresentadas pela contratada e promover sua análise técnica por intermédio da fiscalização responsável pela execução contratual;

IX – efetuar os pagamentos devidos pelos serviços regularmente executados e aprovados, observadas as condições, prazos e exigências estabelecidos na contratação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

X – analisar eventuais pedidos de reajustamento, revisão, repactuação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as hipóteses e requisitos previstos na legislação vigente;

XI – notificar formalmente a contratada sempre que constatadas irregularidades, falhas de execução, descumprimento contratual ou situações que demandem adoção de providências corretivas;

XII – aplicar, quando cabíveis, as medidas administrativas, penalidades e demais providências previstas na legislação e no contrato administrativo;

XIII – manter os registros necessários ao acompanhamento da execução contratual, assegurando a adequada documentação dos atos praticados durante a execução da obra;

XIV – adotar as providências administrativas necessárias ao regular desenvolvimento da contratação, observadas as competências dos agentes públicos envolvidos e as disposições da legislação aplicável.

A atuação da fiscalização e da gestão contratual não transfere à Administração Municipal a responsabilidade técnica pela execução da obra, permanecendo a contratada integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados, pela observância das normas técnicas aplicáveis, pela segurança da obra e pelo cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

As atribuições da Contratante previstas neste Termo de Referência destinam-se a assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual, a proteção do interesse público, a correta aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos com a implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul/RS.

10. RECEBIMENTO PROVISÓRIO, RECEBIMENTO DEFINITIVO E GARANTIA DA OBRA

A conclusão da execução contratual não implica aceitação automática da obra pela Administração Municipal, permanecendo a contratada integralmente responsável pela adequada execução do objeto até a formalização do recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais posteriormente verificadas.

Concluídos os serviços, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração Municipal acerca da finalização da obra, solicitando a realização das verificações técnicas necessárias ao recebimento do empreendimento.



Recebida a comunicação, a fiscalização procederá às inspeções, avaliações e verificações técnicas necessárias à análise da conformidade da obra com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, normas técnicas aplicáveis e demais documentos integrantes da contratação.

10.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado após a verificação preliminar da conclusão dos serviços e da existência de condições mínimas de utilização do empreendimento, mediante termo circunstanciado, relatório técnico ou documento equivalente emitido pela fiscalização competente.

O recebimento provisório possui natureza administrativa e precária, destinando-se exclusivamente à constatação inicial da execução do objeto, não importando aceitação definitiva da obra, quitação das obrigações assumidas pela contratada ou reconhecimento de conformidade integral dos serviços executados.

A Administração Municipal poderá recusar o recebimento provisório sempre que verificar a existência de falhas construtivas, serviços incompletos, inconformidades técnicas, materiais inadequados, defeitos aparentes, pendências executivas ou qualquer situação capaz de comprometer a qualidade, segurança, funcionalidade, acessibilidade ou regular utilização da edificação.

Na hipótese de identificação de irregularidades, a contratada será formalmente notificada para promover, às suas expensas, os reparos, correções, complementações, reconstruções ou substituições necessárias à adequada regularização da obra, no prazo fixado pela Administração Municipal.

O eventual recebimento provisório com ressalvas não afasta a obrigação da contratada de sanar integralmente as pendências identificadas pela fiscalização.

10.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo somente será realizado após a verificação integral da conformidade da obra com todas as condições estabelecidas na contratação e da comprovação da regularização das pendências eventualmente identificadas na fase de recebimento provisório.

Para fins de recebimento definitivo, a Administração Municipal poderá promover inspeções complementares, testes operacionais, avaliações técnicas, conferências documentais e quaisquer outras verificações necessárias à confirmação da adequada execução do empreendimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A formalização do recebimento definitivo ficará condicionada à entrega, pela contratada, de toda a documentação técnica exigida pela Administração Municipal e pela legislação aplicável, incluindo, quando cabível:

- I – Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT relativos à execução da obra;
- II – documentação técnica complementar eventualmente exigida pela fiscalização;
- III – manuais, certificados, laudos ou relatórios técnicos relacionados aos sistemas incorporados à edificação;
- IV – projetos “as built”, quando houver alterações regularmente autorizadas durante a execução da obra;
- V – demais documentos necessários à adequada incorporação, utilização, operação e manutenção do empreendimento pela Administração Municipal.

Somente será admitido o recebimento definitivo quando a obra se encontrar integralmente concluída, em perfeitas condições de funcionamento, segurança, estabilidade, acessibilidade, salubridade, desempenho, conservação e utilização, apta ao atendimento integral das finalidades públicas que justificaram sua contratação.

O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos construtivos, falhas de execução, problemas estruturais ou demais irregularidades cuja ocorrência venha a ser constatada posteriormente, observados os prazos e responsabilidades previstos na legislação civil, profissional e administrativa aplicável.

10.3 Garantia da Obra e Responsabilidade da Contratada

A contratada responderá integralmente pela qualidade técnica da obra executada, pela adequação dos materiais empregados, pela estabilidade, segurança, durabilidade e desempenho da edificação, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer defeitos, falhas, vícios ou inconformidades decorrentes da execução contratual.

A responsabilidade da contratada abrange todos os serviços executados, materiais empregados, instalações implementadas e sistemas incorporados ao empreendimento, independentemente da emissão de termos de recebimento pela Administração Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Sem prejuízo das demais garantias previstas na legislação aplicável, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra, nos termos da legislação civil e profissional vigente, especialmente em relação aos defeitos capazes de comprometer a estabilidade, funcionalidade, durabilidade ou adequada utilização da edificação.

Verificada qualquer irregularidade atribuível à execução contratual durante o período de responsabilidade da contratada, a Administração Municipal poderá notificá-la para promover os reparos necessários, fixando prazo compatível com a natureza da intervenção exigida.

O descumprimento das determinações emitidas pela Administração Municipal poderá ensejar a execução das garantias contratuais eventualmente previstas, aplicação das penalidades cabíveis e adoção das medidas administrativas e judiciais necessárias à reparação dos prejuízos causados.

10.4 Disposições Gerais sobre o Recebimento da Obra

A emissão dos termos de recebimento não afasta a possibilidade de realização de inspeções posteriores pela Administração Municipal, nem impede a apuração de responsabilidades decorrentes de defeitos, vícios ocultos ou falhas construtivas identificadas após a entrega da obra.

Os procedimentos de recebimento previstos neste Termo de Referência têm por finalidade assegurar que a infraestrutura entregue à Administração Municipal atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, funcionalidade, acessibilidade, desempenho e durabilidade exigidos para o adequado funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Dessa forma, o recebimento da obra somente será considerado plenamente concluído após a verificação da conformidade integral do empreendimento com os requisitos estabelecidos na contratação e com as finalidades públicas que justificaram sua implantação.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade, da razoabilidade e da motivação dos atos administrativos.

Constituem, dentre outras hipóteses legalmente previstas, situações passíveis de aplicação de sanções administrativas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

- I – retardamento injustificado do início da execução da obra;
- II – atraso injustificado na execução dos serviços ou no cumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado;
- III – execução de serviços em desacordo com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas ou determinações regularmente emitidas pela fiscalização;
- IV – utilização de materiais incompatíveis com as exigências técnicas da contratação;
- V – paralisação injustificada da execução contratual;
- VI – descumprimento de obrigações relacionadas à segurança do trabalho, proteção ambiental ou demais exigências legais aplicáveis à execução da obra;
- VII – recusa injustificada em corrigir defeitos, falhas, vícios ou inconformidades identificadas pela Administração Municipal;
- VIII – apresentação de documentação falsa ou prestação de informações inverídicas no âmbito da contratação;
- IX – prática de atos destinados a frustrar os objetivos da licitação ou da execução contratual;
- X – comportamento incompatível com a boa-fé contratual ou com os deveres de cooperação exigidos para adequada execução do empreendimento.

Sem prejuízo das demais consequências previstas em lei, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A aplicação das sanções observará a gravidade da infração praticada, os prejuízos causados à Administração, a vantagem eventualmente obtida pela contratada, a existência de reincidência, a boa-fé do infrator e as demais circunstâncias relevantes para adequada individualização da penalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada, compensadas com créditos existentes ou cobradas pelos meios legalmente admitidos, observadas as disposições constantes do edital e do contrato administrativo.

A aplicação de penalidade não afasta a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência de sua conduta, nem prejudica a adoção das demais medidas administrativas, contratuais ou judiciais cabíveis.

A instauração e condução dos procedimentos sancionatórios observarão os ritos e garantias previstos na legislação aplicável, assegurando-se à contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Dessa forma, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência destinam-se a assegurar o adequado cumprimento das obrigações assumidas pela futura contratada, a proteção do interesse público e a correta execução do empreendimento objeto da presente contratação.

12. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

A habilitação dos licitantes observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as exigências estabelecidas no edital, devendo demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional necessária à adequada execução do objeto. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados conforme relacionados nos demais itens:

I. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

II. Conforme Art. 67, em seus incisos e parágrafos da Lei 14.133/2021, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

III. A comprovação de capacidade técnica operacional, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação (construção de edificação).

IV. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem a contratação, e ou respectivos conselhos, que comprove (m) ter (em) o (s) Responsável (is) Técnico (s).

V. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor desta licitação.

VI. Declaração da empresa de que está em condições de iniciar as obras imediatamente, após a assinatura do contrato e recebimento da competente Ordem de Início de Serviço emitida pelos fiscais da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

VII. Comprovante de Visita ao Local da Obra pelo Responsável Técnico da Proponente, pelo qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas e estabelecidas no presente termo, em todas as fases da obra, que verificou todos os Materiais, Ferramentas e Equipamentos necessários à execução das obras, através de atestado fornecido pela Secretaria de Municipal de Planejamento/Setor de Engenharia, a ser emitido no prazo limite de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame licitatório.

- i. As visitas deverão ser agendadas por e-mail no endereço splan@saovicentadosul.rs.gov.br.
- ii. No caso de não realização de Visita Técnica, a empresa Proponente deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento do Local, assumindo todos os riscos inerentes ao não conhecimento das reais condições do local de realização dos serviços onde será executado o objeto licitado.

VIII. Comprovação de que o (s) profissional (is) referido (s) acima pertence (m) ao seu quadro permanente de funcionários, por meio de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho ou Contrato



Social, na data prevista para a abertura da licitação, detentor (es) de Atestado, que atestem atividades referentes ao artigo 1º da Resolução 218 do CONFEA – Atividade de Execução de obras e Serviço Técnico.

A empresa deverá assumir responsabilidade técnica pela execução do objeto, com a respectiva ART/RRT, devidamente paga, em nome do profissional detentor do atestado de capacidade técnica, sendo a apresentação da ART/RRT condicionante para emissão da Ordem de Início de Serviço.

Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, às redes da CORSAN, RGSUL ou outra concessionária, bem como a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao CONTRATANTE suportar qualquer ônus, nos termos do art. 120 da Lei n.º. 14.133/2021.

Deverão também apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira deverá demonstrar a capacidade da futura contratada para suportar os encargos decorrentes da execução da obra e concluir adequadamente o empreendimento objeto da contratação.

Para esse fim, poderão ser exigidos os documentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo balanço patrimonial, demonstrações contábeis, certidões pertinentes e demais elementos necessários à verificação da saúde financeira da empresa licitante.

As exigências econômico-financeiras deverão observar critérios compatíveis com o porte da contratação e com os riscos inerentes à execução do empreendimento, evitando restrições desnecessárias à participação de licitantes aptos à execução do objeto.

A Administração Municipal poderá estabelecer índices econômico-financeiros destinados à avaliação da capacidade financeira dos licitantes, desde que tecnicamente justificados, objetivamente definidos e compatíveis com a natureza da contratação.

12.3 Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista

Os licitantes deverão comprovar sua regular constituição jurídica e a inexistência de impedimentos legais para participação na licitação e contratação com a Administração Pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Também deverá ser demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista mediante apresentação da documentação exigida pela legislação vigente e pelo instrumento convocatório.

A manutenção das condições de habilitação apresentadas na fase licitatória constituirá obrigação da futura contratada durante toda a execução contratual.

12.4 Disposições Gerais sobre a Habilitação

As exigências de habilitação previstas no edital serão interpretadas e aplicadas em conformidade com os princípios da legalidade, competitividade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública.

A definição dos requisitos específicos de qualificação técnica observará as características efetivas do empreendimento, os documentos técnicos que compõem a contratação e as diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável, buscando assegurar a participação de empresas efetivamente aptas à execução da obra sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

Dessa forma, os critérios de habilitação destinam-se a assegurar que a futura contratação seja celebrada com empresa tecnicamente qualificada, economicamente capaz e juridicamente apta a executar o empreendimento, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

13. SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS

A execução do objeto deverá ocorrer sob responsabilidade direta da contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato administrativo, nos documentos técnicos do empreendimento e na legislação aplicável.

A disciplina da subcontratação e da participação dos licitantes prevista neste instrumento busca assegurar a adequada execução da obra, a efetiva responsabilização da contratada, a preservação da qualidade dos serviços executados e a proteção do interesse público envolvido na contratação.

13.1 Subcontratação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Fica vedada a subcontratação integral do objeto contratado, tendo em vista a necessidade de manutenção da responsabilidade direta da contratada pela execução da obra e pela consecução dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

Poderá ser admitida, excepcionalmente, a subcontratação parcial de serviços específicos e acessórios à execução do empreendimento, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo.

A autorização para subcontratação dependerá da demonstração de que a medida não comprometerá a qualidade técnica da execução, a regular fiscalização contratual, o cumprimento do cronograma da obra ou a adequada responsabilização da contratada perante a Administração Municipal.

Não poderão ser objeto de subcontratação os serviços que constituam a parcela principal da contratação, os elementos considerados essenciais à execução do empreendimento ou aqueles cuja execução tenha fundamentado a demonstração da capacidade técnica exigida da futura contratada para fins de habilitação.

A eventual subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração Municipal e a empresa subcontratada, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados, pela observância dos projetos e especificações técnicas, pelo cumprimento dos prazos contratuais e por todas as obrigações decorrentes da contratação.

A Administração Municipal poderá, mediante justificativa técnica, recusar a subcontratação pretendida ou determinar a substituição de empresa subcontratada cuja atuação comprometa a adequada execução do objeto, a qualidade dos serviços ou o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A autorização para subcontratação possui caráter precário e poderá ser revista sempre que constatadas circunstâncias capazes de comprometer a regular execução contratual ou a proteção do interesse público.

13.2 Vedação à Participação em Consórcio

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente procedimento licitatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A vedação decorre das características do objeto pretendido, da natureza dos serviços a serem executados, do porte do empreendimento, do valor estimado da contratação e da ampla disponibilidade de empresas aptas à execução de obras com características semelhantes no mercado regional.

A obra objeto da presente contratação não apresenta grau de complexidade técnica, dimensão operacional ou vulto econômico que justifique a ampliação da competitividade por meio da participação de empresas consorciadas, sendo plenamente possível sua execução por empresa individualmente considerada e regularmente habilitada.

Além disso, a vedação à participação em consórcio contribui para simplificação dos procedimentos de gestão e fiscalização contratual, facilita a identificação das responsabilidades pela execução dos serviços e favorece a eficiência do acompanhamento administrativo do empreendimento.

A medida também busca preservar a adequada responsabilização da futura contratada, reduzir potenciais conflitos relacionados à divisão de atribuições entre consorciadas e assegurar maior efetividade na aplicação dos instrumentos de fiscalização e controle contratual.

Dessa forma, considerando as características específicas da contratação e a suficiência do mercado para atendimento da demanda pública identificada, a vedação à participação em consórcio revela-se medida proporcional, razoável e compatível com os princípios da eficiência, competitividade e interesse público que regem as contratações administrativas.

13.3 Participação dos Licitantes

Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas regularmente constituídas que possuam objeto social compatível com os serviços objeto da contratação e que atendam às condições de habilitação estabelecidas na legislação aplicável e no instrumento convocatório.

Não será admitida a participação de pessoas físicas, de empresas reunidas em consórcio, de entidades impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como daqueles que incidam em quaisquer das hipóteses de vedação previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou no edital.

Os licitantes deverão demonstrar capacidade jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira e aptidão técnica compatíveis com a natureza do objeto licitado, observadas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.



13.4 Responsabilidade pela Execução Contratual

Independentemente da eventual autorização para subcontratação parcial de serviços acessórios, a contratada permanecerá integralmente responsável pela execução da obra perante a Administração Municipal.

A responsabilidade da contratada abrange o cumprimento das obrigações contratuais, a observância dos projetos e especificações técnicas, a qualidade dos materiais empregados, a segurança da obra, a correção de defeitos e inconformidades, o atendimento dos prazos estabelecidos e a entrega do empreendimento em conformidade com as condições previstas na contratação.

Nenhuma autorização concedida pela Administração Municipal afastará, reduzirá ou limitará as responsabilidades técnicas, civis, administrativas ou contratuais assumidas pela contratada em razão da execução do objeto.

Dessa forma, as disposições relativas à subcontratação e à participação dos licitantes destinam-se a assegurar adequada execução do empreendimento, efetiva responsabilização da futura contratada, preservação da qualidade dos serviços e proteção dos interesses da Administração Municipal durante toda a execução contratual.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A presente contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei nº 4.320/1964 e das demais normas aplicáveis à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública.

A execução do objeto encontra-se compatível com o planejamento administrativo do Município e deverá observar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários ao atendimento das obrigações decorrentes da contratação, em conformidade com as peças de planejamento vigentes e com a programação financeira da Administração Municipal.

As despesas decorrentes da execução contratual correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, vinculadas às ações governamentais destinadas à implantação da infraestrutura objeto da presente contratação.

A indicação das dotações orçamentárias específicas, respectivas fontes de recursos e demais classificações contábeis pertinentes será formalizada pelo setor competente e constará dos documentos integrantes da fase preparatória e do instrumento contratual correspondente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A contratação deverá manter compatibilidade com a programação orçamentária e financeira do Município durante toda a sua execução, observando-se a disponibilidade dos recursos necessários à realização dos empenhos, liquidações e pagamentos decorrentes da execução contratual.

A estimativa de valor constante do processo administrativo foi elaborada a partir dos projetos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e demais documentos que compõem o empreendimento, constituindo referência para verificação da viabilidade econômico-financeira da contratação e para planejamento dos recursos necessários à sua execução.

Já execução financeira do contrato deverá observar a evolução física da obra e o respectivo cronograma físico-financeiro, assegurando compatibilidade entre a execução dos serviços, as medições realizadas, as liquidações processadas e os pagamentos efetuados pela Administração Municipal.

Na hipótese de utilização de recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios, contratos de repasse, emendas parlamentares, programas governamentais ou outras fontes externas de financiamento, a execução contratual deverá observar integralmente as condições, exigências, restrições e procedimentos estabelecidos nos respectivos instrumentos de repasse e na legislação correlata.

A celebração do contrato ficará condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação, observadas as exigências legais relativas à responsabilidade fiscal, ao equilíbrio das contas públicas e à regular execução orçamentária da despesa.

A Administração Municipal promoverá o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da contratação durante toda a vigência contratual, adotando as medidas necessárias à manutenção da compatibilidade entre a execução física do empreendimento e a disponibilidade dos recursos destinados à sua implementação.

Dessa forma, verifica-se que a contratação possui adequação orçamentária e financeira compatível com as exigências legais aplicáveis, observadas as dotações orçamentárias pertinentes, as disponibilidades financeiras da Administração Municipal e os mecanismos de controle fiscal e financeiro exigidos para a regular execução da despesa pública.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e constitui documento técnico destinado a definir as condições, requisitos, critérios e parâmetros que orientarão a realização do procedimento licitatório e a futura execução contratual.

As disposições constantes deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de forma sistemática e integrada com os demais documentos que compõem o processo administrativo, especialmente o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, os projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, edital de licitação e futura minuta contratual.

Em caso de divergência entre os documentos técnicos que integram a contratação, a solução deverá ser analisada pela Administração Municipal com fundamento nos princípios da legalidade, do interesse público, da finalidade administrativa, da eficiência, da economicidade e da busca da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração.

A participação dos licitantes no procedimento licitatório pressupõe pleno conhecimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da contratação, não podendo ser alegado desconhecimento posterior das características do objeto, das exigências técnicas, das condições de execução ou das obrigações assumidas.

A apresentação de proposta implicará aceitação integral das condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e nos documentos técnicos que compõem o empreendimento, sem prejuízo do exercício dos direitos legalmente assegurados aos licitantes durante o procedimento licitatório.

Todos os serviços deverão ser executados em estrita observância aos projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis, disposições legais e determinações regularmente emitidas pela Administração Municipal no exercício de suas competências de gestão e fiscalização contratual.

Os casos omissos eventualmente verificados durante a fase licitatória ou durante a execução contratual serão analisados e decididos pela Administração Municipal à luz da legislação aplicável, dos princípios que regem as contratações públicas e das disposições constantes dos documentos que integram a contratação.

Aplicam-se à presente contratação, de forma complementar, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, das normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, da regulamentação municipal eventualmente vigente e das demais normas aplicáveis à execução do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Constituem anexos e partes integrantes deste Termo de Referência, independentemente de transcrição:

- I – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- II – Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- III – Projeto Arquitetônico;
- IV – Memorial Descritivo;
- V – Planilha Orçamentária;
- VI – Cronograma Físico-Financeiro;
- VII – Composição de Custos Unitários;
- VIII – Demonstrativos técnicos e documentos complementares eventualmente elaborados para instrução do processo;
- IX – Minuta do Contrato Administrativo;
- X – demais documentos técnicos que venham a integrar regularmente o procedimento administrativo.

A Administração Municipal poderá promover ajustes formais, correções materiais ou adequações necessárias à compatibilização deste Termo de Referência com os demais documentos do processo, desde que não haja alteração substancial do objeto, da solução definida ou das condições essenciais da contratação.

Dessa forma, o presente Termo de Referência estabelece os elementos necessários e suficientes para caracterização da contratação pretendida, definição das condições de execução do objeto, adequada instrução do procedimento licitatório e futura celebração do contrato administrativo destinado à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul/RS.

São Vicente do Sul, 10 de junho de 2026.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Seres Helena Martins

Coordenadora do CRAS/ SVS

Rosmarí Mossi Bissaco

Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social